

CARLOS ALBERTO FERNANDES CADILHA

(*curriculum vitae*)

- É natural de Viana do Castelo onde concluiu o ensino liceal.
- Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra.
- Ingressou na magistratura do Ministério Público em 1972, tendo desempenhado funções de subdelegado do Procurador da República, delegado do Procurador da República e Procurador da República.
- Foi procurador-geral adjunto no Supremo Tribunal Administrativo (1988-1994).
- Juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo (1994-1998).
- Membro do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (1998-2003)
- Vogal eleito do Conselho Superior do Ministério Público (1998-2001).
- Juiz conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça (2003-2016).
- Presidente da Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça (2005-2007).
- Eleito pela Assembleia da República juiz do Tribunal Constitucional (2007-2016).
- Professor convidado da Universidade Nova de Lisboa (2010/2011).
- Presidente do Conselho da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2012-2013).
- Foi membro do Conselho de Redação dos “Cadernos de Justiça Administrativa”, revista de divulgação e crítica de jurisprudência dos tribunais administrativos.
- Lecionou em cursos de pós-graduação na Faculdade de Direito da Universidade Católica, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Lecionou em cursos de especialização em Direito Administrativo no Centro de Estudos Judiciários.
- Tem intervindo como orador em colóquios e seminários sobre temas de contencioso administrativo e arbitragem administrativa.
- Tem colaboração dispersa em revistas jurídicas e coletâneas de estudos jurídicos.
- Principal bibliografia:
 - Aspetos Contratuais do Loteamento Urbano (Contrato de Urbanização), *in* Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vol. LXII (1986)
 - Dicionário de Contencioso Administrativo, Coimbra, Almedina, 2006
 - Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas Anotado, Coimbra Editora, 1.ª edição (2008), 2.ª edição (2011)
 - Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Coimbra, Almedina, 1.ª edição (2005), 2.ª edição (2007), 3.ª edição (2010), 4.ª edição (2017) (em colaboração com Mário Aroso de Almeida)
 - Contencioso pré-contratual e regime de invalidade dos contratos públicos, Coimbra, Almedina, 2013 (em colaboração com António Cadilha).
 - Reserva de jurisdição estadual e limites à arbitragem administrativa, *in* Nos 20 anos dos CJA, Edição do Cejur – Centro de Estudos Jurídicos do Minho, Braga, 2017
- Preside atualmente ao Grupo de Trabalho, constituído pelo Ministério da Justiça, para Acesso ao Direito e aos Tribunais.